

CAPÍTULO 3

DESENVOLVIMENTO SOCIAL: SURGIMENTO DE NOVAS CLASSES

As grandes transformações econômicas de que foi palco o Brasil entre 1930 e 1960 foram acompanhadas de profundas transformações sociais. Sem atribuir à expressão “desenvolvimento social” qualquer conotação valorativa, mas simplesmente identificando-a com o processo de transformação e pluralização social, não há dúvida de que o Brasil passou por um amplo processo de desenvolvimento social nesse período. Será ele o objeto deste capítulo. Os sintomas das transformações são inúmeros, encontrados a todo instante. Não me refiro às grandes mudanças do panorama físico do país, aos arranha-céus, às estradas asfaltadas, às grandes barragens, às fábricas. Ao invés disso, poderia, por exemplo, examinar uma edição do jornal *O Estado de S. Paulo*. A leitura das páginas de propaganda solicitando empregados certamente impressiona pelo número enorme de anúncios pedindo engenheiros, vendedores, contadores, gerentes, técnicos, operários especializados, pessoal de propaganda, estenógrafas, encarregados de departamentos de pessoal, compradores — todos empregados de nível médio nas empresas. Ou poderíamos, então, entrar em uma das mais importantes lojas de departamento de São Paulo. Se houvéssemos conhecido essa loja trinta anos antes, certamente ficaríamos surpresos não só pelo seu crescimento físico, mas também pelas modificações no perfil de seus fregueses. Sem dúvida ainda encontraríamos alguns dos antigos fregueses — os representantes das velhas e tradicionais classe média superior e classe alta superior.

De fato, muitas mudanças haviam ocorrido no Brasil nesse período. Não encontrávamos mais água de Vichy sendo servida nos restaurantes. Os fazendeiros, os criadores de gado, não mais importavam manteiga. Embora possa parecer absurdo, isso era comum antes da Primeira Guerra Mundial. Naquela época, o Brasil era um bucólico país agrícola, de economia nitidamente subdesenvolvida e colonial. Nos anos 1960 o Brasil é um país industrializado, em um estágio intermediário de desenvolvimento. Essa profunda transformação teve reflexos imediatos na estrutura social do país. Seu sistema de estratificação social modificou-se. Novas classes surgiram. Entre elas, surgiu a nova classe média, que um intelectual pertencente à velha aristocracia, à classe alta superior, definiu, em conversa com amigos, de uma forma curiosa e signifi-

cativa. Alguém lhe perguntou que tipo de gente iria assistir a um novo espetáculo teatral que estava sendo exibido em São Paulo, cujo mau gosto era patente. A resposta veio imediatamente, com um incontrolável toque de desprezo: “Ora, a ‘Moóca enriquecida’ pagará para ver semelhante coisa...”.

São as famílias que tiveram origem nos bairros populares mas melhoraram de vida com a industrialização e irão constituir a nova classe média e uma parte representativa da mesma, os administradores de nível médio, o principal objeto deste capítulo. Reverei rapidamente alguns dos aspectos da Revolução Industrial Brasileira, da transformação tecnológica do sistema de produção no Brasil, para, em seguida, examinarmos as transformações sociais ocorridas, a emergência de uma classe média e, dentro desta, do pessoal de nível médio nas empresas. Analisarei, então, o desenvolvimento dos administradores de nível médio no Brasil. Uma coisa parece indiscutível nos países capitalistas desenvolvidos: se o século XIX teve como figura dominante no setor econômico os empresários, os capitães de indústria, o século XX caracterizou-se pela ascensão do administrador profissional, geralmente proveniente da classe média. O que tentarei descrever em seguida, portanto, são os primeiros passos da sociedade brasileira no sentido de se pluralizar e de diversificar suas classes sociais, dando especial ênfase ao processo de surgimento de uma classe de administradores de nível médio.

Enfrentei muitas limitações nesse trabalho. Os dados de que dispunha a respeito de nosso assunto não eram muitos. As pesquisas a respeito da estrutura de classes e da mobilidade social, assim como os estudos a respeito do desenvolvimento dos administradores no Brasil estavam ainda no começo. Em vista disto, fui freqüentemente obrigado a recorrer à experiência e observação pessoal e às categorias gerais da sociologia, ao invés dos dados específicos derivados de pesquisas. Mais significativas são as limitações de caráter pessoal e social do autor. Nossa intenção é sermos objetivos. Mas “a vã esperança de descobrir a verdade numa forma independente de um grupo de significados histórica e socialmente determinados deve ser abandonada de vez”.¹ Os homens são condicionados pelos sentimentos e valores dos grupos e classes sociais a que pertencem. Por outro lado, os grupos e classes sociais só podem ser compreendidos quando enquadrados dentro de uma situação histórica determinada. Além disso, nossas motivações subconscientes e todos os conflitos que caracterizam a personalidade humana não nos permitem controlar perfeitamente nossas percepções da realidade nem nossos próprios

¹ Mannheim, 1956: 74.

valores. Entretanto, não há dúvida de que podemos ser mais ou menos objetivos. O grau de nossa objetividade dependerá de nossa capacidade de auto-análise, da precisão dos instrumentos de pesquisa utilizados e da nossa própria honestidade. Em qualquer hipótese, porém, é importante que o leitor esteja sempre precavido contra as condicionantes do autor, cujas características tanto o leitor como o próprio autor devem conhecer.

A ESTRUTURA SOCIAL TRADICIONAL

Todo o desenvolvimento social de que foi palco a sociedade brasileira entre 1930 e os anos 1960 foi impulsionado pelas profundas transformações econômicas que estudamos no capítulo anterior. O Brasil passa então por um período decisivo de sua história. Seu desenvolvimento, que antes ocorrera de forma aleatória, ao sabor dos azares de seu comércio internacional, tende a tornar-se automático e necessário. As forças semifeudais, que até então dominavam o Brasil através de um acordo tácito com as grandes potências industriais, começam a ver seu poder reduzir-se rapidamente. É neste período que o país muda de objeto para sujeito da história e começa a tornar-se senhor de seu próprio destino. Até aquele momento, somente em um sentido legal o Brasil podia ser considerado uma nação. Sua economia estava orientada para a Europa e os Estados Unidos, dos quais não passava de uma unidade complementar. Seu papel consistia em exportar produtos agrícolas em troca de artigos manufaturados que iriam ser consumidos pela pequena minoria rica da população. Internamente, sua economia era de subsistência; o que não era produzido para exportar destinava-se em sua grande maioria ao autoconsumo. O mercado interno, essencial para o desenvolvimento econômico, só começou a se tornar significativo a partir de 1930.

O processo de industrialização que ocorreu no país entre 1930 e 1961 transformou este quadro de maneira notável. Neste período, ocorreu a primeira fase da Revolução Nacional Brasileira. Isto não significa que o Brasil tenha se transformado em um país desenvolvido, obtendo sua independência política, econômica e cultural. Mas um grande caminho foi percorrido nesse sentido. O processo foi sinuoso e contraditório, cheio de compromissos, de concessões, de tentativas bem e malsucedidas, de retrocessos. Sem dúvida, porém, grandes transformações, particularmente no sentido do desenvolvimento econômico e social, ocorreram no Brasil. A área econômica, embora ainda se conservasse um país subdesenvolvido, já possuía uma indústria poderosa e regiões em que o padrão de vida era elevado. No campo po-

lítico, embora dependente, realizaram-se grandes esforços no sentido de criar internacionalmente uma personalidade própria. Em termos sociais, as transformações foram profundas, como veremos a seguir.

Na medida em que o Brasil era um país periférico, agrícola e inteiramente subdesenvolvido, antes de 1930, sua estrutura social era simples. A Declaração de Independência não transformou o Brasil em uma nação verdadeiramente independente. A constituição imperial de 1824 ou a republicana de 1891 também não o transformaram em uma democracia. As eleições eram controladas. Durante a Primeira República, por exemplo, um dos partidos sempre ganhava as eleições, enquanto ao partido da oposição era garantido exatamente um terço das cadeiras no Congresso. Sociedade semicolonial e de características quase feudais, com uma economia baseada na cultura da terra, que estava nas mãos de um pequeno grupo de proprietários, o Brasil era dominado por uma reduzida e poderosa oligarquia. Os senhores da terra, os fazendeiros, que se definiam como aristocratas, estavam tradicionalmente aliados aos grandes comerciantes dedicados ao comércio exterior e, depois da Declaração de Independência, ao capitalismo estrangeiro, inicialmente ao britânico e, mais tarde, já no século XX, também ao norte-americano. Esta oligarquia dominava não só a economia, mas também a política do país de forma total e tranqüila, dada a inexistência, no resto da população, de grupos sociais com um mínimo de consciência e força política para se opor.

Além dessa oligarquia de aristocratas, que poderíamos chamar de classe alta, tínhamos a classe inferior, onde se concentrava a imensa maioria da população. Era formada essencialmente de trabalhadores agrícolas. Uma parte teve sua origem na escravidão. Outros eram descendentes dos primeiros imigrantes portugueses, em sua maioria já tendo passado por um processo de mestiçagem com o negro ou com o índio. Um terceiro grupo era formado por imigrantes italianos, alemães e de outras nacionalidades, que a partir de meados do século passado começaram a chegar ao Brasil em grandes quantidades, muitos deles para trabalhar nas fazendas de café. Como um todo, eles constituíam um grande grupo caracterizado por condições de vida miseráveis, pela pobreza, pelo analfabetismo, pela baixa produtividade de seu trabalho, realizado dentro de uma economia de subsistência altamente subdesenvolvida.

Entre a oligarquia agrário-comercial e a grande massa de trabalhadores estava situada a pouco expressiva, mas crescente classe média tradicional ou patrimonialista. Ela aparece no Brasil pela primeira vez com uma certa importância após a Declaração de Independência. Com a saída dos portugueses, foi necessário organizar o Estado, executar as funções legislativas, exe-

cutivas e judiciárias, estabelecer as bases de um exercício. Seria a classe média, geralmente ligada por relações familiares com a classe alta, que iria realizar essas funções. As primeiras faculdades de direito foram então criadas para preparar essa gente. Um pouco mais tarde, com a abolição do tráfico de escravos e a concomitante prosperidade trazida pelo café, em meados do século XIX, constituiu-se um mercado de trabalhadores livres. Isto permitiu a formação de um incipiente mercado interno e o desenvolvimento das cidades costeiras ou próximas ao mar onde esse comércio se realizava. Surgiram também as primeiras indústrias têxteis nas cidades. E nesse ambiente urbano desenvolveu-se a classe média. Conforme observa Nelson Werneck Sodré, “o espaço ocupado pela classe média foi consideravelmente ampliado: as mais diversas atividades urbanas, o pequeno comércio, novas profissões encontram lugar, o exército, os padres, os funcionários públicos...”²

O desenvolvimento da classe média tradicional, todavia, foi maior do que as condições do desenvolvimento econômico brasileiro da época permitiam. Originalmente constituída, em grande parte, de parentes distantes e agregados das famílias ricas, que iam se multiplicando biologicamente, esta classe média era maior do que o sistema produtivo do país era capaz de comportar. Foi por isso que Hélio Jaguaribe observou com muita clareza que as classes médias brasileiras

... se formaram e expandiram, no quadro de nosso subdesenvolvimento, como subproduto da urbanização de um país que permanecia agrícola e não lhes oferecia condições para se inserirem no processo produtivo; o inevitável marginalismo daí resultante conduziu-as ao parasitismo direto do Estado.³

Este fato torna mais fácil a compreensão da precariedade dos serviços públicos, especialmente daqueles serviços que têm sua origem na época colonial e semicolonial, na medida em que uma das funções mais importantes do Estado era fornecer empregos a essa classe média parasitária.

Este desligamento do processo produtivo da classe média tradicional, patrimonialista, torna também compreensível por que esta classe, “originária, em grande parte, da classe dominante, manteve através dos anos a moral, os padrões de comportamento, as regras de conduta da classe dominan-

² Werneck Sodré, 1958: 46.

³ Jaguaribe, 1958: 41.

te, e, apenas devido à pressão da necessidade, adquiriria pouco a pouco características próprias”.⁴

Finalmente, seu caráter parasitário também explica sua reduzida expressividade política durante o Império e a Primeira República. É certo que, no movimento militar que resultou na Proclamação da República, a classe média teve um papel relevante, mantendo-se depois no poder por algum tempo. Com a eleição de Prudente de Moraes, porém, voltou ao poder a aristocracia agrário-comercial. As classes médias só voltariam à cena política nos anos 1920, participando de uma série de revoluções malsucedidas, que terminariam com a Revolução de 1930, a “revolução dos tenentes” como também seria chamada, e na qual o papel da classe média, representada por grupos não só militares, mas também civis, seria dominante.

Em traços amplos, era esta, portanto, a estrutura social tradicional do Brasil: de um lado uma aristocracia agrário-comercial, cujo poder se baseava na propriedade da terra e na produção e exportação de produtos agrícolas, e cujos interesses se confundiam com os do capitalismo internacional, que nos exportava produtos manufaturados; de outro lado, um grande número de pequenos proprietários e trabalhadores rurais e alguns trabalhadores urbanos, vivendo, especialmente os primeiros, em condições de extrema pobreza; e, no meio, uma pequena mas crescente classe média.

NOVAS CLASSES: OS EMPRESÁRIOS E OS OPERÁRIOS

A revolução nacional produziria profundas modificações nesse quadro. A industrialização modificou os padrões de comportamento da população, interferiu e transformou as relações econômicas de caráter tradicional, deu origem a profundas modificações no campo social. Novas classes surgiram, o Brasil se desenvolveu e perdeu muitas de suas características feudais.

Na classe alta, os empresários industriais apareceram para tomar seu lugar, ao lado dos grandes fazendeiros, comerciantes e banqueiros. Originários em sua maioria da classe média — particularmente imigrantes italianos, alemães, portugueses e libaneses, nesta ordem de importância⁵ — seu poder e prestígio cresceram rapidamente com o processo de industrialização. Embora politicamente sem um poder correspondente, como veremos no capítulo

⁴ Werneck Sodré, *op. cit.*, p. 46.

⁵ Bresser-Pereira, 1964a: 94 e 101.

lo 5, eles podem ser considerados, do ponto de vista econômico, o grupo dominante no país. Sua ascensão, todavia, não foi fácil. Examinaremos a fundo, no próximo capítulo, a batalha política e ideológica que durante anos travaram contra a oligarquia agrário-comercial, que representava o setor tradicional e conservador.

As transformações foram também claras na classe inferior. Da mesma forma que os empresários industriais constituíram um setor inteiramente novo na classe alta, na baixa, os operários industriais e os trabalhadores urbanos em geral transformaram-se em um grupo suficientemente numeroso e significativo para constituir um novo setor. A maioria dos operários veio do interior. Eram camponeses ou filhos de camponeses que abandonavam seus lares, atraídos pelos salários mais altos da indústria. Na agricultura, o desemprego disfarçado era (e ainda é, em muitas áreas) dominante e, conseqüentemente, os salários eram extremamente baixos. Resultaram daí o êxodo rural e o processo de urbanização. Mais importante, porém, foi o fato de que, graças a isso, a indústria em pleno desenvolvimento pôde contar com um suprimento de mão-de-obra abundante e relativamente barata, facilitando enormemente o processo de industrialização.

Este novo setor da classe inferior, constituído fundamentalmente pelos operários industriais, além de gozar de um padrão de vida superior ao dos camponeses, de ter acesso à melhor alimentação, mais saúde e melhor educação, veio apresentar uma diferença fundamental de caráter político em relação ao setor tradicional, formado de trabalhadores rurais. Enquanto estes jamais tiveram participação política, sendo sempre completamente dominados e controlados pelos “coronéis” do interior, os operários industriais vão se constituindo pouco a pouco em um grupo relativamente organizado, participante e com razoável poder de reivindicação.

Além da urbanização e da formação de uma nova classe de operários industriais, para os trabalhadores rurais houve também transformações significativas. A mais importante delas relaciona-se com as diferenças regionais no Brasil. O Norte e o Centro-Oeste continuavam praticamente um deserto — um deserto de homens. A industrialização ocorreu no Centro-Sul, enquanto o Nordeste, densamente povoado, começara a se beneficiar dos reflexos da Revolução Industrial. Em 1960, a renda *per capita* do Nordeste era apenas 28,5% da de São Paulo.⁶ Dessa forma, enquanto no Centro-Sul e especialmente em São Paulo eram introduzidos métodos de produção capitalistas, a

⁶ Fonte: PAEG, 1964-1966, p. 43.

produção agrícola se modernizava e mecanizava, as relações de trabalho iam aos poucos perdendo suas características de dependência feudal, passando a ser regidas por critérios mais racionais, de forma que as antigas figuras do colono, do meeiro, do agregado, iam cedendo lugar à do trabalhador rural assalariado; no Nordeste, a agricultura e as relações de trabalho nesse setor continuavam a ser regidas por critérios basicamente tradicionais. Assim, enquanto os trabalhadores rurais do Sul viam seu padrão de vida aumentar, podiam educar-se e ter um relativo acesso à vida política, os trabalhadores rurais do Nordeste, quando não emigravam para o Sul, continuavam na situação miserável e sem expectativa de uma casta desfavorecida dentro de uma sociedade relativamente aberta.

TRANSFORMAÇÕES NA CLASSE MÉDIA

Também para a classe média, as transformações ocorridas durante a Revolução Industrial foram decisivas. Talvez não seja apropriado falar em surgimento de um grupo inteiramente novo e diferenciado na classe média, como aconteceu com os empresários industriais na classe alta e com os operários na classe inferior. Podemos, todavia, falar no surgimento de uma nova classe média, burocrática ou profissional, que passou a coexistir e, muitas vezes, a se confundir com a classe média tradicional.

A nova classe média profissional se distingue da tradicional porque, enquanto esta se acha desligada do processo produtivo, aquela é uma parte integrante do mesmo; enquanto uma é formada em grande parte por funcionários públicos e profissionais liberais, sem falar de uns poucos empregados de escritório e de lojas, a nova classe média é formada por uma imensa gama de profissões, incluindo não só profissionais liberais e funcionários públicos, mas também técnicos, administradores de empresas, assessores, empregados de escritório, empregados de empresas de serviços auxiliares da indústria e do comércio, vendedores, operários especializados e uma infinidade de outras profissões. O que distingue melhor a classe média tradicional da nova classe média não é a profissão de seus membros, mas o simples fato de, antes da Revolução Industrial, o indivíduo já pertencer a essa classe, o que a caracteriza como classe média tradicional, ou a ascensão à condição de classe média durante o transcurso da Revolução Industrial. Resulta daí outra característica distintiva da classe média tradicional em relação à nova classe média, o fato de que a grande maioria dos membros desta última são imigrantes ou têm como ascendentes próximos imigrantes.

Fazemos estas observações com uma ressalva: não existe propriamente uma única classe média, existem muitas, existem muitos grupos sociais que se colocam em uma situação intermediária, entre a classe alta, constituída pelas famílias ricas e (ou) aristocráticas, e a classe inferior, formada pelas famílias pobres ou relativamente pobres, de trabalhadores braçais e semi-especializados, tanto da cidade quanto do campo. Entre esses dois grupos temos os diversos grupos que, somados, constituem a classe média. Há muitas formas de classificá-los; em classe média tradicional e em nova classe média, em classe média superior e classe média inferior, em pequenos proprietários e empregados etc. Usamos a classificação em nova classe média e classe média tradicional porque ela nos é útil no presente contexto. É preciso, todavia, advertir o leitor de que, dada a heterogeneidade que constatamos na classe média, as generalizações que possamos fazer sobre ela são sempre perigosas. Por isso restringir-me-ei àquelas mais evidentes. Além do surgimento de uma nova classe média profissional, ao lado da classe média tradicional, temos três tendências fundamentais que caracterizaram o desenvolvimento da classe média no período da revolução nacional: sua progressiva integração no processo produtivo, seu rápido crescimento e sua diversificação profissional.

Integração. A classe média profissional era mais que tudo um grupo social marginal, composto antes de mais nada por funcionários públicos dos quais não se esperava que trabalhassem duramente já que não tinham muito o que fazer. Agora a classe média participa efetivamente das atividades produtivas. O setor industrial necessita de um grande número de empregados de nível médio. Os serviços que se desenvolveram com a industrialização e a formação de mercado interno — o comércio, os bancos, os transportes, os serviços públicos, as agências de propaganda, as empresas imobiliárias, os corretores de títulos, os profissionais liberais, organizações de assessoria fiscal e legal, e uma infinidade de outras pequenas organizações — também oferecem oportunidades de emprego para a classe média em crescimento. O próprio Estado foi envolvido nas transformações. Durante o período semicolonial, o Estado possuía quatro funções — manter a ordem, administrar a justiça, defender o país contra o inimigo externo e oferecer emprego à classe média tradicional, cujos membros eram freqüentemente parentes distantes dos representantes da oligarquia agrário-comercial. A estas funções, no período colonial, deve ser acrescentada a de defender os interesses fiscais da Coroa e a de servir aos interesses da oligarquia agrário-comercial. Depois dos anos 1930 e, principalmente, depois da Segunda Guerra, apesar de todas as restrições que se possa fazer, o Estado brasileiro tornou-se um participante ativo do processo de desenvolvimento. Inúmeras empresas foram criadas pelos governos federal e

estaduais, como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, a Eletrobrás, as diversas companhias de energia elétrica estaduais etc., em que a necessidade e a luta pela eficiência são óbvias. Nas repartições públicas observou-se uma crescente compreensão da necessidade e urgência de melhor se organizarem e tornarem-se mais produtivas. Os concursos para a admissão ao funcionalismo público foram se tornando norma, ao menos para as funções inferiores. A criação de comissões de inquérito, visando a moralização do serviço público, tornou-se um fato cada vez mais comum. Com a industrialização, o funcionalismo público e a classe média que o integra foram perdendo paulatinamente seu caráter marginal dentro da sociedade e do processo produtivo brasileiros.

Crescimento. Rápido crescimento foi a segunda tendência que se observou no desenvolvimento recente da classe média. A integração no processo produtivo resultou necessariamente em crescimento. A classe média tornou-se um setor significativo dentro da estrutura social brasileira. De acordo com Lambert:

É basicamente o crescimento das classes médias que torna o novo Brasil basicamente diferente do velho, que não tinha lugar para tais classes. Os descendentes de imigrantes ambiciosos, os excessivamente numerosos filhos das famílias aristocráticas (famílias que não haviam ainda empregado métodos de controle da natalidade), todos dirigem-se para as profissões liberais, o funcionalismo público, o comércio, o Exército, a indústria, formando uma sociedade individualista...⁷

O crescimento da classe média profissional, nas grandes cidades, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, é um fato evidente, mas mesmo nas pequenas cidades do interior, na região Centro-Sul, a classe média emergiu, à medida que o sistema capitalista substituiu o sistema agrário tradicional.

Não há dados estatísticos concernentes a esse crescimento. As pesquisas sociais no Brasil estão ainda no começo. A despeito de sua falta de precisão, todavia, o testemunho de Tobias Barreto, em seu “Discurso em Mangas de Camisa”, pronunciado em Escada, próximo a Recife, em 1877, é esclarecedor a respeito da estrutura social do Brasil semicolonial, do Brasil em sua fase anterior à revolução nacional. Declarou ele então:

⁷ Lambert, 1953.

Para as vinte mil cabeças da população do termo, esta cidade contribui com três mil, pouco mais ou menos. Sobre estas três mil almas, ou melhor, sobre estes três mil ventres, é probabilíssimo o seguinte cálculo: 90% de necessitados, quase indigentes; 8% dos que vivem sofrivelmente; 1,5% dos que vivem bem; 0,5% de ricos em relação.⁸

Nesta estimativa, onde o autor afirma que poderia “pecar por excesso de cor-de-rosa”,⁹ é chocante a inexpressividade da classe média, constituída de 1,5% dos “que vivem bem”, em contraposição ao que poderíamos considerar a classe inferior (90%) e a classe inferior superior (8%).

Nos final dos anos 1950, o quadro já era totalmente diferente. Um estudo da distribuição da população brasileira foi realizado pela revista *Desenvolvimento e Conjuntura*, baseado no Censo de 1950. O estudo divide a população brasileira em cinco classes (inferior, média inferior, média, média superior e superior) e distribui a força de trabalho entre essas cinco classes, usando apenas um critério, o da profissão. A primeira tarefa foi dividir a força de trabalho de acordo com suas profissões (Quadro 3). Com base nesse quadro foi elaborada uma distribuição aproximada da população brasileira em classes sociais (Quadro 4).

Quadro 3
Divisão da força de trabalho segundo profissões*

Profissão	Mil
I. Empregadas domésticas em geral.....	795
II. Trabalhadores e empregados sem qualquer qualificação	10.692
III. Militares de categoria inferior e assemelháveis	151
IV. Empregados de escritório, do comércio etc., com o mínimo de qualificação	792
V. Operários e empregados qualificados nas indústrias, comércio, serviços etc.	2.194
VI. Militares e empregados médios, com função de direção, artesãos	665
VII. Profissionais liberais, intelectuais independentes e oficiais militares	276
VIII. Dirigentes e administradores de empresas	152
IX. Donos de empresas em geral.....	779
Total	16.496

* *Exclusive* as profissões com menos de 5 mil pessoas.

Fonte: *Desenvolvimento e Conjuntura*, outubro de 1958: 99.

⁸ Barreto, 1962: 116.

⁹ *Idem*.

A imprecisão da divisão em classes sociais apresentada no Quadro 4 é óbvia. Profissão é certamente um dos critérios para a mensuração da estrutura social de uma sociedade, mas não é o único. Renda, prestígio social, tipo de residência, costumes familiares, relações sociais e bairro em que habita são alguns outros critérios fundamentais. Além disso, a classificação em profissões no Quadro 3 é grosseira, exclui as profissões com menos de cinco mil pessoas e, necessariamente, exclui a população inativa. Entretanto, apesar de suas falhas, já que outra classificação não é disponível, certamente nos auxilia a compreender a estrutura social brasileira.

Feita essa ressalva, tal classificação merece ainda um reparo. O Grupo IX não representa a classe superior, ou classe alta, como prefiro chamar. A maioria dos donos de empresas deveria ser considerada membro da classe média burguesa, subdividindo-se em classe média superior e classe média-média, já que seus negócios são freqüentemente pequenos. Oitenta por cento das unidades industriais brasileiras empregam menos de 10 pessoas.¹⁰ Provavelmente, menos de 1% da população deveria ser considerada como pertencente à classe alta.

Quadro 4
Classes sociais no Brasil
(divisão aproximada)

Classe social	Número (1000)	%
Inferior (grupos I/III)	11.638	70,0
Média inferior (grupos IV/V)	2.986	18,0
Média (grupo VI)	665	4,0
Média superior (grupos VII/VIII)	428	2,0
Alta (grupo IX)	779	1,0*

Fonte: Quadro 3. * Ver texto.

Com esta correção, temos uma razoável divisão da população brasileira em classes sociais. Suponho que a classe alta, constituída fundamentalmente de pessoas ricas e de membros da velha aristocracia agrário-comercial brasileira que não entraram em decadência, incluiria aproximadamente 1% da população, e não os 6% que resultariam do 799.000 membros do grupo IX.¹¹

¹⁰ Fonte: Censo de 1950.

¹¹ A rigor, deveria distribuir os 5% entre as demais classes, mas preferi deixar que a tabela não some 100%.

Na classe média superior, além da classe média burguesa, temos os profissionais liberais, pessoas em geral com educação superior, os administradores profissionais de empresas. Esta classe imita tipicamente os padrões de consumo da classe alta, embora não tenha recursos para tanto. Dois por cento parece-nos um número perfeitamente aceitável para este grupo. A classe média-média, bem definida pelo Grupo VI, constituída de militares e empregados de categoria média, com funções de direção ou supervisão, compreende 4% da população. A classe média inferior, composta pelos empregados de escritório e do comércio e pelos operários especializados, compreenderia 18% da população. Este é tipicamente um grupo social que antes da Revolução Industrial pertencia quase inteiramente à classe inferior. Com a industrialização foram oferecidas oportunidades de emprego nos escritórios, nas casas comerciais e nas fábricas, elevou-se seu padrão de vida e eles constituíram uma parte preponderante do que chamamos a nova classe média. Finalmente, a classe inferior, com 70% da população. Temos assim, nas três classes médias somadas, aproximadamente um quarto da população brasileira. Comprova-se, pois, seu crescimento.

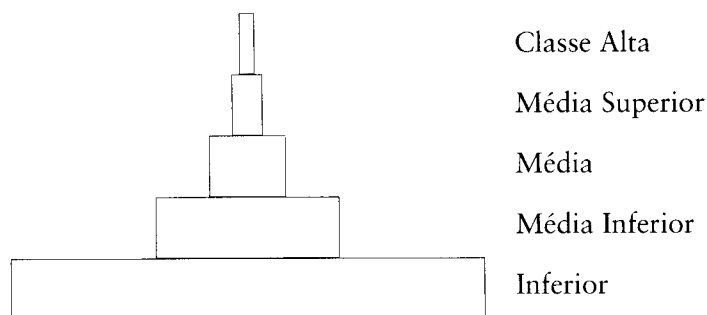
A industrialização e o decorrente desenvolvimento capitalista no Brasil, portanto, desmentindo as previsões de Marx e repetindo o já ocorrido nas demais nações industrializadas, beneficiaram e alimentaram a classe média, ao invés de extingui-la. Isso não significa, porém, que a industrialização não tenha tido efeitos desfavoráveis sobre certos grupos da classe média. Representantes da classe média tradicional — muitos dos quais com rendimentos fixos derivados de aluguéis — foram grandemente prejudicados pelo processo de desenvolvimento, que ocorreu em um clima altamente inflacionário, enquanto os aluguéis eram congelados. Além disso, em termos mais gerais, essas pessoas foram obrigadas a adaptar-se a um sistema de vida muito diferente daquele com que estavam acostumadas. E assim, para elas, da mesma forma que para muitos representantes da classe alta, da velha aristocracia agrário-comercial, dos “paulistas de quatrocentos anos” em São Paulo, esta adaptação foi sempre penosa e muitas vezes malsucedida.

O crescimento da classe média profissional e da classe média burguesa, todavia, não foi suficientemente grande para “desachatar” a pirâmide social brasileira. Conforme podemos ver pela Figura 2, o Brasil continua ainda com uma pirâmide social achatada, com uma base grande e uma cúpula reduzida, o que é típico de países subdesenvolvidos.

Diversificação. A terceira tendência observada na classe média brasileira é a da diversificação. A pluralização social, própria das sociedades economicamente desenvolvidas, implica exatamente na diversificação dos grupos

sociais em geral e, em particular, da classe média. A especialização e a divisão do trabalho são mais desenvolvidas nas sociedades industriais do que nas sociedades agrárias. Novas profissões, novos tipos de atividades aparecem, oferecendo oportunidades especialmente à classe média (e aos membros da classe inferior que desejam ascender às posições de classe média). Em uma empresa moderna, por exemplo, um imenso número de novas funções de nível médio, ou seja, de funções situadas entre a administração de cúpula e os operários, foi criado. Este grupo de nível médio, em particular os administradores de linha, os supervisores e os assessores, cujo número cresceu grandemente no Brasil, constitui a parte mais representativa da nova classe média que surge com a Revolução Industrial. Esta afirmação ficará mais clara quando analisarmos a chamada Segunda Revolução Industrial. Então, a classe média e, particularmente, a administração de nível médio têm maior oportunidade de se desenvolver com a formação das organizações burocráticas de grandes dimensões.

Figura 2
Pirâmide social do Brasil.



A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Primeira Revolução Industrial marcou a passagem do capitalismo comercial para o industrial, iniciou a era da produção mecanizada, tornou a produção mais eficiente, abriu caminho para um processo de amplo desenvolvimento sem paralelo na história da humanidade e representou um golpe definitivo no sistema feudal. Substituindo o sistema feudal e o capitalismo comercial, que durante alguns séculos coexistiram, surgiu o capitalismo li-

beral, também chamado de capitalismo manchesteriano. No campo econômico, esse capitalismo, fruto da Primeira Revolução Industrial, caracterizava-se pela baixa produtividade quando comparada com os atuais padrões; no campo social, tínhamos como principais características a urbanização, a proletarianização das famílias camponesas e o surgimento de uma classe de empresários industriais; no campo político, a ideologia do liberalismo, o acirramento das tensões sociais, o início da organização dos trabalhadores em sindicatos e a ideologia liberal e individualista definiam esse capitalismo do século XIX. “Este quadro do capitalismo, que foi o conhecido por Marx, e que permaneceu... como o modelo abstrato sobre o qual recaem as críticas do socialismo, experimentou, a partir dos fins do século XIX e, particularmente, depois da Primeira Guerra Mundial, profunda transformação...”¹² Tivemos então a Segunda Revolução Industrial, que teve seu centro não mais na Inglaterra, mas nos Estados Unidos.

Se a análise da Primeira Revolução Industrial nos fornece os dados básicos para a compreensão do início e das primeiras conseqüências da industrialização brasileira, a Segunda Revolução Industrial ajuda-nos a compreender a evolução dos acontecimentos na parte final desse período de 32 anos — 1930 a 1961 —, que estamos analisando nesses primeiros capítulos. A Revolução Industrial Brasileira ocorrida nesse período, 150 anos depois da inglesa, reuniu as características das duas revoluções industriais mundiais. O uso da eletricidade para fins comerciais, o motor de combustão interna, as ondas eletromagnéticas, as descobertas de aplicações industriais no campo da química, com o petróleo e seus derivados, e as técnicas de produção em massa marcam o início da Segunda Revolução Industrial nos Estados Unidos. O desenvolvimento de grandes empresas, o crescimento do padrão de vida, o crescimento da classe média, o relativo aumento da mobilidade social, estão entre suas conseqüências mais notáveis. “A transformação foi tão grande que, em retrospecto, a fábrica típica de 1910 parece estar mais próxima de sua avó, a oficina do artesão dos dias anteriores ao descobrimento da máquina a vapor, do que de sua filha, a moderna fábrica de produção em massa.”¹³

No campo social, a emergência e o extraordinário crescimento da nova classe média representam a grande transformação trazida pela Segunda Revolução Industrial. A classe média tradicional nos países industrializados — constituída fundamentalmente de pequenos comerciantes e pequenos proprie-

¹² Jaguaribe. *op. cit.*, pp. 82-83.

¹³ Drucker, 1949: 2.

tários rurais, além dos profissionais liberais e dos empregados no comércio, nos serviços públicos e no governo — começou a perder sua importância, quando comparada com a nova classe de empregados de nível médio que surgiu, servindo direta ou indiretamente às grandes empresas industriais. “Negativamente, a transformação da classe média é uma mudança da situação de propriedade para a de não propriedade; positivamente, é uma mudança da situação de propriedade para um novo eixo de estratificação: o emprego.”¹⁴

SUPERPOSIÇÃO DE FASES NO PROCESSO SOCIAL BRASILEIRO

O rápido desenvolvimento social brasileiro ocorrido nessas três décadas caracterizou-se pela superposição de fases e pelo conseqüente hibridismo de sua estrutura e instituições sociais. Esse fato pode ser explicado por dois fatores. De um lado, temos a própria rapidez do desenvolvimento social, dificultando a delimitação mais precisa das fases do processo social. De outro lado, temos que o principal fator dinâmico do desenvolvimento social — ou seja, o desenvolvimento econômico e tecnológico — ocorreu no Brasil de forma derivada e não originária. Não tivemos, ao contrário dos Estados Unidos ou da Inglaterra, como desenvolver paulatinamente nossa tecnologia. Com o início da nossa Revolução Industrial, foi-nos possível importar imediatamente as técnicas de produção mais avançadas. Resultou daí que as fases históricas do desenvolvimento econômico e social capitalista — o período pré-capitalista, o capitalismo comercial, o capitalismo industrial manchesteriano e o capitalismo moderno da produção em massa que vai rapidamente sendo automatizada —, através das quais o Brasil deveria passar, encontraram-se freqüentemente superpostas. Assim, dentro da mesma comunidade, no seio da mesma organização, encontramos vestígios de um sistema pré-industrial, semifeudal e escravocrata, ao lado de características do capitalismo manchesteriano e do capitalismo moderno que surge após a Segunda Revolução Industrial. Essas características, que estão sempre em conflito, porque são incompatíveis e contraditórias, podem ser observadas no sistema tecnológico, na estrutura social, no sistema de valores e crenças, nas ideologias. O resultado é uma situação híbrida, constantemente presente no sistema social, na economia, na política, nas manifestações culturais e organizações burocráticas do Brasil.

¹⁴ Mills, 1953: 65.

Um dos setores onde esse hibridismo pode ser encontrado mais facilmente são as empresas. Ele pode ser observado, por exemplo, no sistema de produção. É comum encontrarmos lado a lado em uma empresa as mais modernas máquinas e os mais antiquados sistemas de administração. Uma contradição típica é a da pequena ou média empresa familiar, fechada, paternalista, trabalhando em um nível de produtividade relativamente baixo, devido principalmente à sua má administração, mas usando técnicas modernas, a última palavra em equipamentos produzidos nos grandes países industriais, e dedicando-se à produção de bens que, nos grandes países industrializados, só começaram a ser produzidos depois da Segunda Revolução Industrial, como os produtos de plástico e de borracha, os eletrodomésticos, os produtos eletrônicos, as peças para automóveis etc.

ADMINISTRADORES E A CLASSE MÉDIA

Os técnicos e administradores de nível médio, que irão constituir uma das partes mais representativas da nova classe média — a tecnocracia ou nova classe média profissional — só surgiram com grande evidência nos países industrializados com a Segunda Revolução Industrial, enquanto os empresários industriais e os operários emergem no cenário social a partir da Primeira Revolução Industrial. No Brasil, com a superposição de duas revoluções industriais, o resultado foi um crescimento acelerado da classe média e, particularmente, dos administradores de nível médio e dos técnicos.

O desenvolvimento da classe média profissional representa a grande transformação social provocada pela Segunda Revolução Industrial. Segundo Wright Mills, em 1870, a força de trabalho nos Estados Unidos era constituída de três estratos básicos: a classe média tradicional, com 33% da força de trabalho; a nova classe média, com apenas 6%; e os trabalhadores assalariados, com 61%. Em 1940, após a Segunda Revolução Industrial, este quadro havia mudado radicalmente. A classe média tradicional comparecia com 20% da força de trabalho; a nova classe média passara a representar 25%; e os trabalhadores assalariados baixaram sua participação para 55%.¹⁵

Tanto nos Estados Unidos, originariamente, quanto depois no Brasil, o crescimento da classe média e do número de administradores profissionais de nível médio resultou fundamentalmente das técnicas de produção em massa,

¹⁵ Op. cit., p. 63.

do extraordinário aumento da produtividade, do início de automação já ocorrido, todos estes fatores ligados ao aparecimento de enormes empresas e organizações estatais de caráter burocrático.

Com o desenvolvimento das organizações burocráticas — entendidas, no sentido weberiano, como sistemas sociais racionais, formais e impessoais, administrados segundo critérios de eficiência por administradores profissionais — a expansão da classe média tornou-se uma necessidade fundamental. Podemos, portanto, afirmar que o desenvolvimento da classe média ocorreu principalmente devido ao crescimento em número e tamanho das grandes organizações burocráticas públicas e privadas. Estas, por sua vez, foram, no campo das instituições sociais, a conseqüência mais importante da Segunda Revolução Industrial. Sem dúvida, antes já existiam organizações burocráticas. Os faraós, por exemplo, possuíam uma complexa organização burocrática para controlar a distribuição das águas do rio Nilo. Mas foi só com as técnicas de produção em massa, com o petróleo, o motor de combustão interna, os plásticos, a grande indústria petroquímica, a indústria automobilística, os eletrodomésticos, todos fenômenos definidores da Segunda Revolução Industrial, que as organizações burocráticas se tornaram um fenômeno dominante na produção industrial. A partir do início do século XX, as grandes empresas são organizações burocráticas — o único modelo eficiente de ordenação e administração dos grandes sistemas sociais de produção.

E, quando isto ocorreu, o crescimento acelerado da classe média tornou-se uma imposição, não só porque, por definição, as organizações burocráticas são dirigidas por administradores profissionais, mas, mais especificamente, devido à maior importância que ganharam as atividades de coordenação. Com este fato, a necessidade de um número maior de administradores de nível médio tornou-se premente. Suas funções são essencialmente de coordenação. Eles são “os homens da organização” a respeito dos quais William H. Whyte Jr. fala em seu livro.¹⁶ São os administradores de linha e os assessores que, nas grandes organizações, estabelecem uma ponte entre a administração de cúpula e os operários e funcionários de escritórios inferiores, seja dedicando-se diretamente às tarefas de produção, seja trabalhando em setores auxiliares como as relações industriais, o controle de produção, de qualidade, de estoque, as compras, os transportes, os estudos de tempo e movimento, as pesquisas de produto, o desenho de ferramentas e produtos, a manutenção, o planejamento financeiro, a contabilidade, o controle de custos etc. Taylor

¹⁶ Whyte Jr., 1956.

foi seu profeta. Em 1911, descrevendo as principais características da administração científica, escreveu ele: “Há uma divisão quase igual do trabalho e da responsabilidade entre a administração e o operário... Sob a administração de ‘iniciativa e incentivo’ praticamente todo o problema ficava afeto ao operário, enquanto sob a administração científica a metade do problema fica afeta à administração”.¹⁷ Para cada unidade de trabalho do operário, portanto, Taylor já considerava necessária uma correspondente unidade de trabalho da administração. Estabelecia-se, assim, a base teórica para o surgimento dos administradores de nível médio, que, no Brasil, assim como nos Estados Unidos, iriam constituir a base da nova e cada vez maior classe média.

Além dos administradores de nível médio, outro grupo da classe média profissional que surgiria com grande evidência, em todos os países que realizaram sua Segunda Revolução Industrial, é o grupo dos vendedores e de todo o pessoal que realiza as funções de mercantilização nas grandes empresas modernas. Um dos resultados da Segunda Revolução Industrial nos países capitalistas foi aumentar de tal forma a eficiência da produção, em um ritmo tão mais rápido do que o processo de distribuição da renda, que as empresas e a economia como um todo ficaram diante do grande problema do excedente de produção. Necessidades continuavam a existir, pois mesmo uma sociedade imensamente rica como a norte-americana estava longe de haver atingido a fase da abundância. Entretanto, uma distribuição desigual da renda impedia que tudo o que fosse ou pudesse ser produzido fosse consumido. Resolver o problema promovendo melhor distribuição da renda só era possível parcialmente, em um processo lento, tímido, já que os interesses em jogo eram poderosos. Além disso, as reformas que seriam necessárias teriam tamanha profundidade, atingiriam de tal forma a estrutura da sociedade, que seriam provavelmente incompatíveis com o sistema capitalista vigente. Duas outras soluções, portanto, tiveram que ser encontradas. Do lado do governo, as despesas militares e as despesas espaciais constituíram uma válvula de escape eficaz; do lado das empresas, a orientação mercadológica, a importância crescente dada às vendas, o crescimento dos departamentos de vendas, de propaganda, de pesquisas de mercado, de promoções de vendas, foram a solução encontrada. Não importa discutir aqui se essas soluções foram adequadas ou não. No momento, basta salientar que elas resultaram na criação de novas e imensas oportunidades de emprego para pessoal de nível médio, para vendedores, pesquisadores de mercado, homens de propaganda de todos

¹⁷ Taylor, 1911: 37-38.

os tipos, assessores mercadológicos, além, é claro, dos próprios administradores mercadológicos — todos eles procurando levar o consumidor a comprar mais, permitindo a suas empresas alcançar maior participação no mercado.

A Segunda Revolução Industrial e o conseqüente surgimento, de forma dominante, das grandes organizações burocráticas públicas e privadas resultaram numa extraordinária necessidade de pessoal de nível médio, de administradores para realizar as funções de coordenação, de técnicos, e de vendedores e pessoal correlato para se encarregar das funções de mercantilização. Em uma sociedade como a norte-americana, em que o desenvolvimento econômico e social ocorreu mais ordenadamente, esta necessidade pôde ser atendida de forma mais ou menos normal. No Brasil, porém, cujo desenvolvimento caracterizou-se pela superposição de fases, a necessidade desse pessoal de nível médio, especialmente dos administradores e técnicos, surgiu abruptamente. Resultou daí uma grande falta de pessoal de nível médio tecnicamente capacitado para participar das grandes organizações que surgiam, dada a inexistência de instituições adequadas para realizar seu treinamento.

A grande maioria do pessoal de nível médio das empresas brasileiras e do governo formou-se no próprio trabalho. Entre eles, apenas alguns possuem educação superior. Muitos deles, porém, formaram-se em faculdades de Direito, de modo que o que aprenderam pouca relação tem com o que executam nas empresas. Este excesso de bacharéis em Direito explica-se historicamente. Desde o século passado, quando foram fundadas, as faculdades de Direito tinham como função educar filhos da classe alta e da classe média superior que não tinham uma vocação especial, mas desejavam obter um diploma superior e o decorrente título de “doutor”.

Aos poucos, porém, este problema foi sendo resolvido, com o desenvolvimento das escolas de engenharia, economia e administração de empresas. As primeiras formavam em sua grande maioria engenheiros civis, que iriam trabalhar por conta própria. Nos anos 1960, a maioria dos formandos já são engenheiros mecânicos, eletricitas, químicos etc., que se destinam às empresas e ao governo. As escolas de economia e contabilidade vieram atender às necessidades de pessoal de nível médio nas empresas e no governo. Finalmente, as escolas de administração de empresas, surgidas nos anos 1950 sob a liderança da Fundação Getúlio Vargas, constituíram a resposta mais específica a essa necessidade de formar administradores profissionais competentes no Brasil.

Os administradores profissionais e os técnicos que constituem a classe média profissional, na medida em que assumem poder dentro das organizações burocráticas, transformam-se em uma tecnocracia. O desenvolvimento social brasileiro, a partir de 1930, marca ao mesmo tempo a formação de poderosas organizações burocráticas públicas e privadas no Brasil e o surgimento de um grupo tecnocrático dentro do setor que estamos chamando de nova classe média. Ao contrário do que aconteceu na maioria, senão em todos os demais países capitalistas, os técnicos e administradores profissionais do setor público transformaram-se em verdadeira tecnocracia — isto é, assumiram uma parte considerável do poder decisório — muito antes do que no setor privado.

A pesquisa que realizamos sobre a mobilidade e carreira dos dirigentes das empresas paulistas demonstrou claramente que o poder dos administradores profissionais nas empresas brasileiras, embora venha crescendo, ainda é reduzido. A quase totalidade das empresas brasileiras ainda está sob total e direto controle de seus proprietários.¹⁸ Em contrapartida, no setor público, a tecnocracia teve um grande desenvolvimento. Constituída de técnicos, economistas, ou administradores profissionais com as mais variadas origens, formados principalmente no Banco do Brasil, no Ministério da Fazenda, na Fundação Getúlio Vargas e nas Universidades, seu poder iria crescendo à medida que o governo perdia suas características de Estado liberal e, mal ou bem, assumia suas novas funções de planejar e promover o desenvolvimento econômico, de redistribuir a renda e garantir um mínimo de justiça social, de educar e promover o desenvolvimento da ciência, de proteger os menores, as mulheres e os velhos. Nesse momento em que o Estado abandonava seu mero papel de polícia, para intervir diretamente em todos os setores da sociedade, foi necessário que se formassem grandes organizações burocráticas, especialmente grandes empresas, de caráter estatal ou para-estatal. Nessas organizações vão surgir, com um imenso poder, os tecnocratas que, depois da Revolução de 1964, passariam a partilhar o controle global da sociedade brasileira com os militares.

A primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, ocorrida entre 1930 e 1960, foi, portanto, caracterizada por profundas transformações na própria estrutura social brasileira. Na classe inferior, surgiram operários como

¹⁸ Bresser-Pereira, 1974a.

um grupo política e socialmente significativo; na classe alta, tivemos a emergência dos empresários industriais, cuja atuação, especialmente a política, examinaremos no próximo capítulo; finalmente, na classe média, tivemos um grande crescimento, integração no processo produtivo e diversificação. Este crescimento da classe média, e mais especificamente da nova classe média, resultou do surgimento das grandes organizações burocráticas, públicas e privadas, cujas funções deviam ser coordenadas. Estas grandes organizações, produto típico do que podemos chamar de Segunda Revolução Industrial, criaram oportunidade para o surgimento de grande número de funções de nível médio, que iriam constituir a base da nova classe média.

A superposição, todavia, em um curto espaço de tempo, da Primeira e da Segunda Revolução Industrial provocou uma falta de administradores de nível médio. Por isso é de se prever que, a continuar o processo de desenvolvimento brasileiro, a classe média, e dentro dela os técnicos e administradores profissionais de nível médio, será o grupo social que maior desenvolvimento deverá apresentar.

Por outro lado, à medida que estes técnicos (principalmente economistas e engenheiros) e administradores profissionais vão assumindo o controle das organizações burocráticas a que pertencem, vão se transformando em tecnocratas. A legitimidade do poder, na tecnocracia, é o conhecimento técnico, da mesma forma que a legitimidade do poder, no sistema capitalista, está na posse do capital, e, no sistema feudal, no domínio da terra. Com o extraordinário desenvolvimento tecnológico que o mundo vem conhecendo, porém, o fator de produção escasso vai deixando de ser a terra ou o capital para ser o conhecimento técnico. Neste momento surgem os tecnocratas. Esse desenvolvimento tecnológico, além de ocorrer no campo das ciências físico-matemáticas, tem lugar também no campo das ciências sociais e, particularmente, no campo da Economia. Este fato dá ao homem uma possibilidade de controle social, através do Estado, que ele jamais teve. Ora, o homem dificilmente perde a oportunidade de tentar controlar seu próprio destino e o do mundo não só físico mas também social que o rodeia. E então, os técnicos vão sendo chamados de suas organizações burocráticas particulares para participar do controle global da sociedade. A tecnocracia, nesse momento, transcende o limite de suas organizações particulares, para vir partilhar diretamente do poder político. Esse fenômeno ocorreu no Brasil, no setor público, muito antes que uma tecnocracia privada assumisse o poder nas organizações burocráticas privadas. A partir de 1964, principalmente, os tecnocratas passaram a partilhar, com os militares, o poder político e econômico no Brasil (principalmente este último), conforme veremos mais adiante neste livro.